



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS

EMPREITADA

DE CONSTRUÇÃO DA

CRECHE “O CARACOL”



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS	4
Artigo 1.º Definições.....	4
Artigo 2.º Objeto do Concurso	4
Artigo 3.º Entidade Adjudicante e órgão que tomou a decisão de contratar	5
Artigo 4.º Procedimento de Contratação.....	5
Artigo 5.º Peças do Concurso.....	5
Artigo 6.º Consulta das Peças do Concurso e fornecimento de cópia	6
Artigo 7.º Esclarecimentos relativos às Peças do Concurso	6
Artigo 8.º Erros e omissões do Caderno de Encargos	7
Artigo 9.º Inspeção do Local dos Trabalhos.....	7
CAPÍTULO II - DOS REQUISITOS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS E A RESPETIVA ENTREGA	9
Artigo 10.º Documentos da Proposta.....	9
Artigo 11.º Modo de apresentação da Proposta	11
Artigo 12.º Data limite de apresentação da Proposta	12
Artigo 13.º Não admissão de Propostas variantes	12
Artigo 14.º Prazo de manutenção das Propostas	13
CAPÍTULO III - DA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	14
Artigo 15.º Publicação da lista dos concorrentes.....	14
Artigo 16.º Causas de exclusão das Propostas	14
Artigo 17.º As Propostas são excluídas nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos. Análise das Propostas	14
Artigo 18.º Esclarecimentos sobre as Propostas	15
Artigo 19.º Critério de adjudicação.....	15
CAPÍTULO IV - DA HABILITAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO.....	17
Artigo 20.º Documentos de habilitação.....	17
Artigo 21.º Adjudicação de Proposta apresentada por um agrupamento	18
Artigo 22.º Caução	19
CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS	21
Artigo 23.º Encargos dos concorrentes	21
Artigo 24.º Legislação aplicável.....	21
Artigo 25.º Valor para efeito do Concurso.....	21
Artigo 26.º Audiência Prévia.....	21
Artigo 27.º Minuta do Contrato.....	22
Artigo 28.º Preço anormalmente baixo	22



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

Anexo I.....	23
Anexo II.....	24
Anexo III.....	28
Anexo IV.....	29
Anexo V.....	30
Anexo VI.....	34
Anexo VII.....	35
Anexo VIII.....	37
Anexo IX.....	38
Anexo X.....	39
Anexo XI.....	40
Anexo XII.....	51



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1.º Definições

Para o efeito do presente PROGRAMA DO PROCEDIMENTO, os seguintes termos, quando utilizados em letras maiúsculas, têm o seguinte significado:

- a) CADERNO DE ENCARGOS – o Caderno de Encargos do Concurso;
- b) CONCURSO – o Concurso Público n.º _____;
- c) CONTRATO ou EMPREITADA – o Contrato a celebrar na sequência da adjudicação a efetuar no âmbito do Concurso Público;
- d) ENTIDADE ADJUDICANTE – Centro de Assistência Social da Amora;
- e) PROGRAMA – o Programa do Procedimento;
- f) PEÇAS DO CONCURSO- as Peças do Concurso, definidas no Artigo 5.º;
- g) PROJETO – os Projetos de Execução da Empreitada de Construção da Creche “O Caracol”
- h) DONO DA OBRA – Centro de Assistência Social da Amora.;
- i) PROPOSTA – O documento pelo qual o empreiteiro manifestou ao dono da obra a vontade de contratar e indicou as condições em que se dispunha fazê-lo;
- j) FISCALIZAÇÃO – Empresas, serviços e pessoal designados pelo Dono da Obra para efetuar a gestão do Contrato e o acompanhamento direto da realização dos trabalhos;
- k) EMPREITEIRO – Empresa ou grupo de empresas consorciadas a quem vier a ser adjudicada a Empreitada. No caso de tratar-se de grupo de empresas será sempre e, apenas, representado por um chefe de grupo.

Artigo 2.º Objeto do Concurso

1. O presente CONCURSO tem por objeto a adjudicação de uma proposta para a execução da Empreitada de Construção da Creche “O Caracol”.
2. O CONCURSO é designado por “Empreitada de Construção da Creche “O Caracol””.

A EMPREITADA consiste na realização dos trabalhos necessários a:



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

- Construção da Creche “O Caracol”

de acordo com as características e especificações previstas nos PROJETOS e no CADERNO DE ENCARGOS.

Artigo 3.º Entidade Adjudicante e órgão que tomou a decisão de contratar

1. A ENTIDADE ADJUDICANTE é O Centro de Assistência Social da Amora, com sede na Rua Dr. Emidio Guilherme Garcia Mendes nº 17, 2485-457 Amora, com o email geral@capa-amora.pt.
2. A decisão de contratar foi tomada pela Ata de reunião da direção nº 419, de 13 de junho de 2022 da ENTIDADE ADJUDICANTE, a qual aprovou as peças do procedimento para efeitos de publicação no Diário da República.

Artigo 4.º Procedimento de Contratação

1. O procedimento de contratação reveste a forma de concurso público, nos termos da alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.
2. O CONCURSO é conduzido por um júri composto por 3 membros efetivos e 2 suplentes, conforme indicado no Anexo I.

Artigo 5.º Peças do Concurso

O Processo do CONCURSO é composto pelas seguintes peças:

- a) O Anúncio;
- b) O presente PROGRAMA DO PROCEDIMENTO;
- c) O CADERNO DE ENCARGOS, que inclui os PROJETOS.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

Artigo 6.º Consulta das Peças do Concurso e fornecimento de cópia

1. As PEÇAS DO CONCURSO previstas no Artigo 5.º são disponibilizadas em suporte eletrónico pela ENTIDADE ADJUDICANTE na plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt>.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o suporte físico das PEÇAS DO CONCURSO encontra-se patente na sede da Rua Dr. Emídio Guilherme Garcia Mendes nº 17, 2485-457 Amora, sita em Amora, onde pode ser consultado, durante as horas de expediente (das 9H30 às 12H00 e das 14H00 às 16H30), desde a data da publicação do anúncio até à data limite de apresentação das propostas.

Artigo 7.º Esclarecimentos relativos às Peças do Concurso

1. Os concorrentes podem apresentar pedidos de esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e na interpretação das PEÇAS DO CONCURSO previstas no Artigo 5.º, os quais devem ser solicitados, através do site indicado no Artigo 6.º, dirigida ao júri do CONCURSO, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, nos termos da alínea a) do nº 5 do artigo 50º do CCP, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 50.º do CCP sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
4. O prazo referido no número anterior pode igualmente ser prorrogado pela ENTIDADE ADJUDICANTE quando, devido ao seu volume, as PEÇAS DO CONCURSO não possam ser fornecidas no prazo previsto no n.º 4 do artigo anterior.
5. As decisões referentes à prorrogação de prazo referidas cabem ao júri, ao abrigo da competência delegada pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto nos artigos 109.º, n.º 1 e 69.º, n.º 2, do CCP.
6. Os esclarecimentos, as retificações e as decisões referentes à prorrogação de prazo são disponibilizadas na plataforma indicada e juntas às demais peças do procedimento, fazendo parte integrante das mesmas e prevalecendo sobre estas em caso de divergência.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

Artigo 8.º Erros e omissões do Caderno de Encargos

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao Júri do Concurso, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões do caderno de encargos por si detetados.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.
3. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões do caderno de encargos, referidas no artigo 50.º do CCP, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais do mesmo, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
4. As decisões referentes à prorrogação de prazo referidas no ponto anterior cabem ao júri, ao abrigo da competência delegada pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto nos artigos 109.º, n.º 1 e 69.º, n.º 2, do CCP.
5. As listas com a identificação dos erros e omissões e as decisões referentes à prorrogação de prazo são disponibilizadas na plataforma indicada e juntas às demais peças do procedimento, fazendo parte integrante das mesmas e prevalecendo sobre estas em caso de divergência.

Artigo 9.º Inspeção do Local dos Trabalhos

1. Os interessados podem, mediante pedido escrito dirigido ao órgão da ENTIDADE ADJUDICANTE indicado no n.º 1 do Artigo 7.º, inspecionar por sua conta e risco os locais de execução das obras para a elaboração das suas propostas, devendo inteirar-se dos condicionalismos locais que influam no seu modo de execução, não podendo em caso algum, invocar a ausência dos aludidos reconhecimentos ou estudos para condicionar ou vir a alterar o preço da obra.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

2. Os concorrentes que efetuarem os estudos e/ou reconhecimentos referidos no número anterior, fazem-no em nome do Dono da Obra, sendo da sua responsabilidade restabelecer o terreno na situação em que se encontrava, bem como o pagamento de eventuais indemnizações por prejuízos causados com os referidos trabalhos.
3. Os elementos disponíveis do local dos trabalhos constam das presentes Peças do CONCURSO. Têm carácter meramente informativo e não vinculativo, não sendo por isso de aceitar quaisquer reclamações sobre eventuais deficiências, erros ou omissões encontradas.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

CAPÍTULO II - DOS REQUISITOS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS E A RESPECTIVA ENTREGA

Artigo 10.º Documentos da Proposta

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos, contendo cada um, uma folha de rosto com a respetiva identificação:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do CADERNO DE ENCARGOS, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente PROGRAMA DO PROCEDIMENTO, do qual faz parte integrante;
- b) Caso o concorrente seja um agrupamento, uma declaração segundo o modelo do Anexo III ao presente PROGRAMA DO PROCEDIMENTO, do qual faz parte integrante;
- c) Mapa resumo com a indicação dos preços parcelares e do preço total proposto para a EMPREITADA, segundo a organização do mapa resumo dos trabalhos contido no PROJETO;
- d) Lista dos preços unitários, apresentados em Euros com duas casas decimais, para cada artigo do mapa de quantidades de trabalho do PROJETO, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo IV deste PROGRAMA DO PROCEDIMENTO, do qual faz parte integrante. A lista será acompanhada do respetivo ficheiro informático em formato "EXCEL", conforme modelo da Plataforma Acingov, devidamente preenchido e permitindo a sua utilização sem restrições de cálculo;
- e) Plano de trabalhos preliminar, que integra o cronograma de atividades, a análise de risco, o mapa de atividades, os planos de mão-de-obra, equipamentos e materiais e o plano de pagamentos, elaborados de acordo com o Anexo V deste PROGRAMA DO PROCEDIMENTO, do qual faz parte integrante;
- f) Memória descritiva e justificativa do plano de trabalhos preliminar indicado na alínea anterior;
- g) Plano de gestão da qualidade preliminar, apresentado em conformidade com o Anexo VI deste PROGRAMA DO PROCEDIMENTO, do qual faz parte integrante;
- h) Declaração do concorrente, quando constituído por uma única empresa, que mencione os trabalhos a efetuar em cada uma das subcategorias e o respetivo valor e, tratando-se de um agrupamento de empresas, ainda a repartição dos trabalhos a efetuar por cada empresa, e, se for o caso, declarações de compromisso subscritas pelo concorrente e por cada um dos



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

subempreiteiros, de acordo com o estabelecido no n.º 3 do presente artigo. Idêntica declaração será apresentada quando se tratar de agrupamentos de empresas;

- i) Declaração pela qual o concorrente se compromete a apresentar, em caso de adjudicação e no prazo fixado no CADERNO DE ENCARGOS, o desenvolvimento prático do Plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra,
- j) Documento descrevendo as medidas a tomar para a minimização dos impactos negativos nos pontos críticos da EMPREITADA para os trabalhos previstos;
- k) Documento descrevendo as soluções construtivas previstas e modo de desenvolvimento dos trabalhos, tendo em vista a minimização do tempo de interrupção do funcionamento do atual sistema;
- l) Documento descrevendo as medidas de minimização dos impactes na circulação rodoviária a ter em conta durante a execução dos trabalhos e as medidas a tomar para uma rápida reposição do estado final dos arruamentos, bem como as medidas minimizadoras de outros impactes negativos (poeiras, ruídos, etc.);
- m) Folhas de Características: o concorrente deverá preencher as folhas de caraterísticas apresentadas juntamente com o PROJETO DE EXECUÇÃO. Em conjunto com as folhas de caraterísticas, o concorrente poderá apresentar todos os documentos que entender necessários à caraterização dos equipamentos (eletromecânicos elétricos e eletrónicos) e materiais a aplicar. Todas as marcas e/ou fabricantes têm de ser explicitadas sem ambiguidades nas propostas dos concorrentes. Será aceite, sem alteração de preço unitário, a indicação de, no máximo, três marcas sendo que nesse caso deverão ser preenchidas para todas as marcas propostas as respetivas folhas de caraterísticas. Caberá ao Dono da Obra a seleção de marcas que pretende instalar na obra. Não é admissível a indicação de “marca equivalente”.
- n) *Curriculum Vitae* dos técnicos que irão ficar responsáveis pela Direção Técnica da Obra e respetivas Declarações de aceitação, elaboradas de acordo com o Anexo XII deste PROGRAMA DO PROCEDIMENTO, do qual faz parte integrante.

2. Para elaboração do plano de trabalhos os concorrentes devem considerar que a consignação será efetuada sessenta dias após o ato público da abertura das propostas. Esta indicação não vincula, de modo nenhum, o Dono da Obra, destinando-se apenas a conferir ao plano de trabalhos uma referência objetiva, que permitirá aferir os meios oferecidos por cada concorrente e comparar os respetivos programas.

3. As declarações de compromisso mencionadas na alínea h) do n.º 1 do presente artigo devem ser acompanhadas dos certificados de classificação de empreiteiro de obras públicas, ou dos certificados



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados (ou respetivas cópias autenticadas), com as características indicadas no Artigo 21.º deste PROGRAMA DO PROCEDIMENTO, consoante as situações. Deve ainda ser indicado o nome e o endereço do(s) subempreiteiro(s) e a titularidade dos respetivos certificados, bem como o valor e a natureza dos trabalhos a realizar.

4. Na elaboração do plano de pagamentos, quando numa empreitada estiver prevista a utilização de mais do que uma fórmula de revisão de preços, o concorrente deverá apresentar esse plano subdividido pelos correspondentes valores mensais aos quais se aplica cada uma das fórmulas previstas.
5. Os concorrentes poderão ainda instruir as respetivas propostas com quaisquer outros elementos técnicos que julguem úteis para o completo esclarecimento das suas propostas, nomeadamente elementos que indiquem condições especiais de execução da EMPREITADA e obrigações adicionais que pretendam assumir de modo a garantir a mais adequada execução e progressão dos trabalhos, não devendo, em nenhum caso, esses elementos contrariar o estipulado neste PROGRAMA DO PROCEDIMENTO e no CADERNO DE ENCARGOS.

Artigo 11.º Modo de apresentação da Proposta

1. Os documentos de habilitação dos concorrentes são apresentados num exemplar único, qualquer que seja o número de propostas apresentadas.
2. Os concorrentes devem apresentar a PROPOSTA indicada no Artigo 10.º na plataforma eletrónica mencionado no Artigo 7.º
3. Os ficheiros devem respeitar os seguintes formatos:
 - a) Os documentos das alíneas c) e d) do n.º 1 do Artigo 10.º devem estar no formato *MS Excel* ou equivalente;
 - b) O documento da alínea e) do n.º 1 do Artigo 10.º deve estar no formato *MS Project* ou equivalente;
 - c) Os documentos das restantes alíneas do n.º 1 do Artigo 10.º devem estar no formato *Adobe Acrobat Reader* ou equivalente.
4. Os documentos da PROPOSTA indicados no n.º 1 do Artigo 10.º serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa. Porém, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de um dos seguintes documentos:



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

a) Tradução devidamente legalizada;

b) Tradução não legalizada, mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais. Quando se trate de catálogos, folhetos ou brochuras que complementem a informação contida nas folhas de características, esses documentos poderão ser apresentados em inglês, francês ou espanhol.

5. Os documentos referidos no n.º 1 do Artigo 10.º devem ser redigidos sem rasuras ou palavras riscadas, sempre em letra datilografada ou processada informaticamente de tamanho não inferior a 11 pt, devendo cada um dos documentos das alíneas referidas ser assinados na sua última página pela pessoa ou pessoas com poderes para obrigar o concorrente.
6. No caso de o concorrente ser um agrupamento de empresas, os documentos referidos no n.º 1 do Artigo 10.º devem ser assinados pelo representante comum, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros ou, não existindo este, por todas as pessoas com poderes para obrigar todas as empresas que o compõem.
7. Os documentos podem também ser assinados por procurador, devendo, neste caso, juntar-se procuração que confira a este último, poderes para o efeito ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.

Artigo 12.º Data limite de apresentação da Proposta

A PROPOSTA pode ser entregue até às 23:59 horas do 15.º dia a contar da data de envio do presente anúncio, através da plataforma eletrónica indicada no n.º 1 do Artigo 6.º.

Não serão admitidas, em caso algum, as Propostas entregues depois de terminado o prazo fixado no n.º 0.

Artigo 13.º Não admissão de Propostas variantes

1. Não é admitida a apresentação de Propostas variantes.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

Artigo 14.º Prazo de manutenção das Propostas

1. Decorrido o prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados a partir da data do ato público do CONCURSO, cessa, para os concorrentes que não hajam recebido comunicação de lhes haver sido adjudicada a EMPREITADA, a obrigação de manter as respetivas Propostas.
2. Se os concorrentes nada requererem em contrário dentro dos 8 (oito) dias seguintes ao termo do prazo previsto no número anterior, considerar-se-á o mesmo prorrogado por mais 44 (quarenta e quatro) dias.
3. Todas as empresas agrupadas são responsáveis, nos termos do número anterior, pela manutenção da PROPOSTA que apresentem.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

CAPÍTULO III - DA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 15.º Publicação da lista dos concorrentes

No dia útil seguinte à data limite para a apresentação das propostas, o Júri procederá à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, nos termos do disposto no artigo 138º do CCP.

Artigo 16.º Causas de exclusão das Propostas

As Propostas são excluídas nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

Artigo 17.º Análise das Propostas

1. As Propostas referidas no Artigo 10.º são seguidamente analisadas pelo júri do CONCURSO.
2. No caso de se verificarem incongruências nos elementos das Propostas, aplicam-se as seguintes regras de prevalência:
 - a) O produto das quantidades de trabalhos do PROJETO pelos preços unitários de uma PROPOSTA (apresentados segundo a alínea d) do n.º 1 do Artigo 10.º prevalece sobre o preço indicado no documento referido na alínea c) do n.º 1 do Artigo 10.º ou sobre qualquer outro preço indicado na PROPOSTA;
 - b) Os preços unitários apresentados com mais do que duas casas decimais serão arredondadas à centésima superior quando a milésima for superior ou igual a 5;
 - c) Os prazos indicados no plano de trabalhos preliminar apresentado segundo a alínea e) do n.º 1 do Artigo 10.º prevalecem sobre qualquer outro prazo indicado em qualquer documento de uma PROPOSTA.
3. Decorridas a análise e avaliação das propostas, o júri do CONCURSO elabora um relatório preliminar fundamentado, ordenando as propostas de acordo com o critério de adjudicação e respetivos fatores e subfatores de apreciação previstos no Artigo 19.º.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

4. O júri do CONCURSO deve propor, no mesmo relatório, a exclusão das Propostas nos termos do artigo anterior.

Artigo 18.º Esclarecimentos sobre as Propostas

O júri do CONCURSO pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para o efeito da análise e da avaliação das mesmas, nos termos do artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 19.º Critério de adjudicação

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a ENTIDADE ADJUDICANTE.

a) Factor A

1. Preço

a.1) Preço Global: 70%

a.2) Coerência dos Preços Unitários: 30%

b) Subfactor B.1

1. Cronograma de atividades e mapa de atividades

c) Subfactor B.2

1. Planos de meios humanos, equipamento e materiais

d) Subfactor B.3

1. Análise de Risco

e) Subfactor C.1

1. Desenvolvimento e organização do plano de gestão da qualidade, modelo de processos e monitorização da eficácia do SGQ a implementar em obra

f) Subfactor C.2

1. Suporte Documental de SGQ a implementar em obra

g) Subfactor C.3



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

1. Controlo dos trabalhos a realizar em obra

h) Subfactor C.4

1. Recursos humanos afetos à implementação do SGQ

2. A entidade que preside ao CONCURSO reserva-se o direito de não adjudicar a EMPREITADA a qualquer dos concorrentes caso as condições apresentadas por estes não lhe sejam favoráveis, ou os projetos não obtenham as aprovações necessárias das entidades competentes.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

CAPÍTULO IV - DA HABILITAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO

Artigo 20.º Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 10 dias úteis contados a partir da data de notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração de habilitação emitida conforme modelo constante do Anexo VII ao presente programa do concurso, do qual faz parte integrante;
- b) Documento comprovativo de que não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, não tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
- c) Documento comprovativo de que tenha a sua situação regularizada relativamente a contribuições para com a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Documento comprovativo de que tenha a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal. Em alternativa à apresentação deste documento, o concorrente pode apresentar uma declaração onde indique que permite a consulta da sua situação tributária por parte da ENTIDADE ADJUDICANTE NIF: 501 131 884 no sítio da *Internet* das declarações eletrónicas;
- e) Documento comprovativo de que não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, não tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:
 - Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

- Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho, de 26 de maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

f) Alvarás ou os títulos de registo emitidos pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P., contendo as seguintes habilitações necessárias à execução do contrato pelo adjudicatário ou por empresa do agrupamento adjudicatário:

1. A 3ª subcategoria da 1ª categoria, de classe correspondente ao valor total da proposta;
2. A 1ª, 5ª, 6ª e 8ª subcategorias da 1ª categoria, de classe correspondente ao valor dos trabalhos;
3. A 10ª subcategoria da 2ª categoria, de classe correspondente ao valor dos trabalhos.
4. A 1ª, 12ª e 14ª subcategoria da 4ª categoria, de classe correspondente ao valor dos trabalhos

g) Alvarás ou títulos de registo da titularidade de subcontratados para efeitos da verificação das habilitações referidas na alínea anterior, desde que acompanhados de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

2. No caso dos documentos de habilitação estarem em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.
3. Sempre que haja dúvidas sobre o conteúdo ou autenticidade de qualquer documento que tenha sido apresentado, pode ser exigida a exibição do original ou documento autenticado para conferência, dentro de um prazo razoável fixado para o efeito, não inferior a cinco dias úteis.

Artigo 21.º Adjudicação de Proposta apresentada por um agrupamento

1. Se a adjudicação recair em PROPOSTA apresentada por um agrupamento, as entidades que o compõem, depois de lhe ser notificada a adjudicação, mas antes da celebração do CONTRATO,



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

devem associar-se juridicamente na modalidade de Consórcio Externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

2. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de líder de Consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas no n.º 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade contratante, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do CONTRATO.
3. A falência, dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das entidades constituintes de um agrupamento ou de um consórcio acarreta a exclusão deste, seja qual for a fase em que o CONCURSO se encontre, se o agrupamento não proceder à sua substituição de acordo com o que se dispõe no ponto seguinte, no prazo de 22 (vinte e dois) dias úteis a contar da data do início do respetivo processo de falência, dissolução ou inabilitação judicial.
4. Qualquer alteração na composição do agrupamento ou consórcio terá de ser autorizado pelo Dono da Obra, sob pena de exclusão do agrupamento do CONCURSO. Para o efeito, o agrupamento deverá apresentar, por escrito, na sede do Dono da Obra requerimento para a sua alteração, assinado por todas as entidades constituintes, incluindo a renunciante, a que a substitui e o motivo da substituição.

Artigo 22.º Caução

1. Para garantia do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, o adjudicatário deve prestar uma caução, em benefício da ENTIDADE ADJUDICANTE, no valor de 5% (cinco por cento) do preço da sua PROPOSTA, calculado com base na lista de preços unitários e mapa de quantidades de trabalhos do projeto, e com exclusão do imposto sobre o valor acrescentado.
2. A caução deve ser prestada no prazo de 10 dias úteis contados a partir da data de notificação da decisão de adjudicação, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no nº 2, alínea b) do artigo 77º e no artigo 91º do CCP.
3. A caução referida no número anterior deve ser prestada por depósito em dinheiro, conforme modelo constante no Anexo VIII ao presente programa do concurso, ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária autónoma e irrevogável e à primeira solicitação, ou ainda por seguro-caução à primeira solicitação, conforme escolha do adjudicatário.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

4. O depósito em dinheiro ou em títulos será efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade que for indicada pela ENTIDADE ADJUDICANTE, com a indicação do fim a que se destina.
5. No caso de o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, a qual é apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo IX ao presente programa do concurso, deve apresentar igualmente um documento pelo qual um estabelecimento legalmente autorizado assegure até ao limite do valor da caução o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela ENTIDADE ADJUDICANTE em virtude do incumprimento das obrigações a que a garantia respeita.
6. Se a caução for prestada por seguro-caução, a qual é apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo X ao presente programa do concurso, o adjudicatário deve apresentar a apólice, pela qual a entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela ENTIDADE ADJUDICANTE em virtude do incumprimento das obrigações previstas no CONTRATO.
7. Se o adjudicatário não prestar a caução no prazo referido no n.º 2 e não tiver sido impedido de o fazer por facto justificativo que lhe não seja imputável, a adjudicação caduca.
8. Em tudo o demais não indicado neste artigo é aplicável o disposto nos artigos 88.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.
9. Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 5%.
10. O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos para a caução.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 23.º Encargos dos concorrentes

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação das propostas, à prestação da caução e à celebração do CONTRATO constituem encargo dos respetivos concorrentes.

Artigo 24.º Legislação aplicável

Em tudo o que for omissivo no presente PROGRAMA DO PROCEDIMENTO observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Artigo 25.º Valor para efeito do Concurso

1. O valor para efeito do concurso é de **1.472.853,92 EUR** (Um Milhão, Quatrocentos e Setenta e Dois Mil, Oitocentos e Cinquenta e Três Euros e Noventa e Dois Cêntimos), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

Artigo 26.º Audiência Prévia

1. A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.
2. Os concorrentes têm 10 (dez) dias úteis após a data de notificação do projeto de decisão final para se pronunciarem sobre o mesmo.
3. A notificação fornece os elementos necessários para que os interessados fiquem a conhecer todos os aspetos relevantes para a decisão, nas matérias de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo poderá ser consultado.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

4. Salvo decisão expressa em contrário, a entidade competente para a realização da audiência prévia é o Júri do Concurso por delegação de competências da Direção.

Artigo 27.º Minuta do Contrato

1. O concorrente cuja PROPOSTA haja sido preferida fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do CONTRATO no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a sua receção, findo o qual, se o não fizer, se considerará aprovada a mesma minuta.
2. Caso o adjudicatário recorra a subempreiteiros, deve depositar junto do Dono da Obra, previamente à celebração do CONTRATO ou ao início dos trabalhos, consoante se trate ou não de autorizações necessárias para a apresentação a CONCURSO, as cópias dos contratos de subempreitada que efetue. Estes contratos devem obedecer ao disposto na Cláusula 49ª do CADERNO DE ENCARGOS.

Artigo 28.º Preço anormalmente baixo

1. Considera-se que o preço total resultante de uma PROPOSTA é anormalmente baixo quando seja 40% ou mais inferior ao preço base (conforme dispõe o artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos).



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

Anexo I.

COMPOSIÇÃO DO JÚRI

Nos termos do n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, foram nomeados os seguintes membros do Júri do Concurso Público da Empreitada de Construção da Creche “O Caracol”

1. Membros efetivos:

Geraldo Ângelo Finatto

Manuel Pires D’Andrade

Maria da Paz Franco da Silva

2. Membros suplentes:

Ana Rita Lages Nico Rego

Francisco Santos



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

Anexo II.

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP)

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do “Concurso Público da Empreitada _____”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado CADERNO DE ENCARGOS, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Caso o concorrente seja um agrupamento, uma declaração segundo o modelo do Anexo III do Programa do Procedimento;
- b) Mapa resumo com a indicação dos preços parcelares e do preço total proposto para a empreitada, segundo a organização do mapa resumo dos trabalhos contido no projeto;
- c) Lista dos preços unitários, apresentados em euros com duas casas decimais, para cada artigo do mapa de quantidades de trabalho do projeto, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo IV do Programa do Procedimento;
- d) Plano de trabalhos preliminar, que integra o cronograma de atividades, a análise de risco, o mapa de atividades, os planos de mão-de-obra, equipamentos e materiais e o plano de pagamentos, elaborados de acordo com o Anexo V do Programa do Procedimento;
- e) Memória descritiva e justificativa do plano de trabalhos preliminar indicado na alínea anterior;
- f) Plano de gestão da qualidade preliminar, apresentado em conformidade com o Anexo VI do Programa do Procedimento.

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

1 Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

2 No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4)] (5);
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (6) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7)] (8);
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (9);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, alterado pela Lei nº109/2001, de 24 de dezembro, no artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (11);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho regulamentado pela Lei nº7/2009, de 12 de fevereiro na sua redação atual da Lei nº90/2019, de 4 de setembro (12);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e

3 Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

4 Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

5 Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

6 Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

7 Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

8 Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

9 Declarar consoante a situação.

10 Declarar consoante a situação.

11 Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

12 Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (13);

- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (14) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (15)] (16):
 - i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da PROPOSTA apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando solicitado, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o Anexo VII do Programa do Procedimento, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade

13 Declarar consoante a situação.

14 Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

15 Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

16 Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

da adjudicação que eventualmente recaia sobre a PROPOSTA apresentada e constitui contra - ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local e data]

[Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente nos termos do disposto nos números 2 e 3 do Artigo 10.º]



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

Anexo III.

DECLARAÇÃO PARA A IDENTIFICAÇÃO DE AGRUPAMENTOS

F _____ (*Identificação dos representantes legais das empresas constituintes do agrupamento*), titulares dos bilhetes de identidade n.ºs _____, na qualidade de representantes legais de _____, tendo tomado conhecimento das condições estabelecidas para o “Concurso Público da Empreitada de _____”, declaram, sob compromisso de honra que, em caso de adjudicação, se constituirão em consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, em que a constituição do agrupamento será a seguinte:

Empresa	Sede	N.º de Telefone	N.º de Fax	% participação no agrupamento

Mais declaram que o âmbito da participação de cada empresa nos trabalhos da empreitada é:

Empresa	Trabalhos

Declaram ainda que se assumem solidariamente responsáveis pelo perfeito e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas no âmbito do presente CONCURSO, que aceitam a exigência de autorização prévia da _____, para efetuar qualquer alteração na composição do agrupamento ou na sua liderança ou ainda nos dados fornecidos nesta declaração, sob pena de exclusão.

[Local e data]

[Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente nos termos do disposto nos números 2 e 3 do Artigo 10.º]



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

Anexo IV.

LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS

Deve ser apresentada a Lista de Preços Unitários segundo a mesma organização do Mapa de Quantidades de Trabalhos. O formato do ficheiro deve ser de folha de cálculo formato *MS Excel* ou equivalente.

A Lista de Preços Unitários deve conter os preços unitários de todos os trabalhos do mapa de quantidades de trabalho do PROJETO. A referência e a designação dos trabalhos devem ser iguais aos do mapa de quantidades de trabalho do PROJETO.

A Lista de Preços Unitários deve conter, pelo menos, a seguinte informação distribuída pelas colunas:

Trabalhos				Preços Unitários		Preço Total [€]
Referência	Designação	Quantidade Total	Unidade	Valor	Unidade [€/Unidade Trabalhos]	

(...)



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

Anexo V.

PLANO DE TRABALHOS PRELIMINAR

O Plano de Trabalhos preliminar inclui os seguintes documentos explicados de seguida:

Capítulo VI **O cronograma de atividades:** É explicado no ponto 1.

Capítulo VII **A análise de risco:** A análise de risco de não cumprimento dos prazos deve compreender medidas mitigadoras desse risco incorporadas no cronograma e previstas em planos de contingência para recuperação de eventuais desvios dos prazos (ações ou recurso a meios condicionados a acontecimentos incertos no início da obra). A análise deve preferencialmente ser quantitativa e qualitativa no sentido de identificar os principais riscos e determinar as principais respostas que o cronograma prevê para reduzir as consequências e ou probabilidades desses riscos.

Capítulo VIII **O mapa de atividades:** É explicado no ponto 2.

Capítulo IX **O plano de mão de obra:** Deve indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão de obra, associadas a cada atividade, em cada unidade de tempo;

Capítulo X **O plano de equipamentos:** Deve indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, associadas a cada atividade, em cada unidade de tempo

Capítulo XI **O plano de materiais:** Deve indicar os materiais estimados serem consumidos em cada uma das atividades do cronograma

Capítulo XII **O plano de pagamentos:** Deve indicar os pagamentos a efetuar em cada atividade decorrente da análise do mapa de atividades, ou seja, do produto das quantidades de trabalhos consumidas numa atividade multiplicadas pelos respetivos preços unitários.

1. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

O cronograma de atividades deve, nomeadamente, para cada um dos estaleiros e dos trabalhos a executar em cada um deles:

- a) Definir com precisão as datas de início e de conclusão da execução da obra;



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

- b) Definir as atividades, com indicação das durações em dias de calendário e, caso se aplique, dos rendimentos adotados associados às equipas afetas dos quais resultam as durações, das relações de sequencialidade e data prevista de conclusão;
- c) Adotar as seguintes atividades, quando aplicável, (no caso de o concorrente adotar atividades adicionais a estas, essa opção deve ser devidamente justificada com base nos métodos construtivos e ou no projeto):

- 1.1.1.1.1 Data de Consignação
- 1.1.1.1.2 Levantamento Topográfico
- 1.1.1.1.3 Montagem de Estaleiro
- 1.1.1.1.4 Mobilização de Equipamentos
- 1.1.1.1.5 Ensaaios Geotécnicos (Quando aplicável)
- 1.1.1.1.6 Projeto de Execução
- 1.1.1.1.7 Plano de Segurança e Saúde
- 1.1.1.1.8 Plano de Gestão de Resíduos
- 1.1.1.1.9 Plano de Gestão da Qualidade
- 1.1.1.1.10 Estaleiro (para cada um dos locais - Quando aplicável)
- 1.1.1.1.11 Execução das vias de acesso (Quando Aplicável)
- 1.1.1.1.12 Construção civil por órgão, por edifício e por conduta
- 1.1.1.1.13 Prazos de fornecimento dos equipamentos
- 1.1.1.1.14 Montagem dos equipamentos, por órgãos, edifícios e conduta
- 1.1.1.1.15 Arranjos exteriores e tratamento paisagístico
- 1.1.1.1.16 Telas Finais
- 1.1.1.1.17 Receção Definitiva;

- d) Ter em conta na realização do planeamento que este é relativo à data da consignação da obra.

2. MAPA DE ATIVIDADES

O Mapa de Atividades deve conter todas as atividades do cronograma de atividades para cada um dos três estaleiros e dos trabalhos a executar em cada um deles.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

O Mapa de Atividades deve ainda indicar o **preço de cada atividade**. O preço de cada atividade é obtido através da soma dos produtos das quantidades de todos os trabalhos do “Mapa de Quantidades de Trabalho” necessários para a execução dessa atividade pelos respetivos preços unitários da “Lista de Preços Unitários”.

O concorrente deve, assim, apresentar um Mapa de Atividades contendo a informação indicada no quadro seguinte, organizada por coluna:

Atividade		Trabalhos					Preços [€] (1)x(2)
ID	Designação	Referência	Designação	Unidade	Quantidade (1)	Preço Unitário [€/Unidade Trabalho] (2)	
ID a	Atividade a	(Ref. T1.a)	(design.	(un.	(Q 1.a)	(p.u. 1.a)	(preço
		(Ref. T2.a)	(design.	(un.	(Q 2.a)	(p.u. 2.a)	(preço
		(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
		(Ref. Tn.a)	(design.	(un.	(Q n.a)	(p.u. n.a)	(preço
TOTAL ATIVIDADE							Σ(preço

(...)

Em que:

- **ID e Designação:** representam, respetivamente, a identificação e a designação da atividade a;
- **Trabalho:** representa os trabalhos necessários à realização da atividade a, de acordo com o mapa de quantidades de trabalho do PROJETO;
- **Referência do trabalho:** representa as referências dos trabalhos de acordo com o mapa de quantidades de trabalho e a lista de preços unitários;
- **Designação do trabalho:** representa as designações dos trabalhos de acordo com o mapa de quantidades de trabalho e a lista de preços unitários;
- **Unidade do trabalho:** representa as unidades dos trabalhos de acordo com o mapa de quantidades de trabalho;
- **Quantidade do trabalho:** representa as quantidades dos trabalhos (de acordo com o mapa de quantidades de trabalho) associadas exclusivamente à realização da Atividade a;
- **Preço unitário do trabalho:** representa os preços unitários dos trabalhos de acordo com a lista de preços unitários;
- **Preços:** representam os preços totais dos trabalhos de acordo com a lista de preços unitários;
- **Preço total da atividade a:** corresponde à soma dos preços de todos os trabalhos associados exclusivamente à realização da atividade a.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

O concorrente deve apresentar um quadro semelhante ao acima descrito, para todas as atividades contidas no cronograma de atividades apresentado. Os quadros para as atividades podem ser apresentados em sequência, na mesma página de uma folha de cálculo.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

Anexo VI.

PLANO DE GESTÃO DA QUALIDADE PRELIMINAR

2. Os concorrentes devem demonstrar a sua capacidade para realizar a obra empregando técnicas de gestão da qualidade. Para tal, os concorrentes têm que apresentar um plano de gestão da qualidade preliminar, conforme indicado nos pontos seguintes.
3. No plano de gestão da qualidade preliminar, o concorrente deve apresentar a informação e documentação solicitadas relativas ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) que irá implementar na obra, para garantir a qualidade dos diferentes trabalhos a realizar.
4. O plano de gestão da qualidade preliminar deve ter em conta os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2008, o preconizado no CADERNO DE ENCARGOS, bem como a legislação e regulamentação em vigor e as normas e especificações técnicas aplicáveis ao âmbito dos trabalhos a realizar, requerendo-se que inclua:
 - a) O plano de gestão da qualidade geral para a realização da empreitada.
 - b) A estrutura da documentação para o SGQ a implementar na obra.
 - c) A lista de procedimentos documentados a implementar em obra.
 - d) A lista dos principais materiais e equipamentos a incorporar em obra, para os quais serão preparados planos de inspeção e ensaio na receção.
 - e) A lista de trabalhos mais relevantes a controlar durante a execução da obra, para os quais serão apresentados e implementados Procedimentos ou Instruções de Execução, bem como Planos de Inspeção ou Monitorização, e relativamente aos quais existirão registos de acompanhamento de execução. Deve ser apresentado um exemplo de um Plano de Inspeção ou Monitorização de uma atividade.
 - f) Lista das atividades a subcontratar e Procedimento(s) para controlo das atividades subcontratadas.
 - g) Quadro com identificação dos meios humanos a afetar à obra com funções específicas relacionadas com o SGQ (períodos e percentagens de afetação) e sua integração no organograma geral da EMPREITADA, indicando a percentagem de tempo de afetação do Responsável Técnico pela Qualidade aos trabalhos da EMPREITADA.
 - h) Lista e modelos de registos da qualidade que serão utilizados na obra.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

Anexo VII.

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁷⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) do “Concurso Público da Empreitada _____” declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽¹⁸⁾:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽¹⁹⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽²⁰⁾] ⁽²¹⁾;
- c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, alterado pela Lei nº109/2001, de 24 de dezembro, no artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos ⁽²²⁾;
- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho regulamentado pela Lei nº7/2009, de 12 de fevereiro na sua redação atual da Lei nº90/2019, de 4 de setembro ⁽²³⁾;
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão de obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham

17 Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

18 No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

19 Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

20 Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

21 Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

22 Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

23 Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽²⁴⁾;

- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da *Internet* onde podem ser consultados ⁽²⁵⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽²⁶⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local e data]

[Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente nos termos do disposto nos números 2 e 3 do Artigo 10.º]

24 Declarar consoante a situação.

25 Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

26 No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

Anexo VIII.

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco, à ordem da _____, mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito Euros ... € ...

Vai _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), depositar na _____ (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco _____ a quantia de _____ (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro, como caução exigida para "Empreitada de _____" nos termos do Programa do Procedimento e do Caderno de Encargos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem _____, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)*]



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

Anexo IX.

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

“Garantia Bancária”

À empresa _____ (entidade adjudicante).

(Morada)

O _____ (Banco), com sede em _____ (morada) vem prestar, por conta e a pedido de _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), como adjudicatário do “Concurso Público da Empreitada de _____”, garantia bancária até ao valor de _____ Euros (*repetir por extenso*), em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Programa do Procedimento e do Caderno de Encargos.

Consequentemente, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, à _____, até àquele valor sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo beneficiário, à primeira solicitação e até um limite máximo de 48 horas, sem questionar da sua justeza ou conformidade com o disposto no processo de concurso e documentos a ele anexos.

Esta garantia é de _____ (*por algarismos e por extenso*) e só será cancelada quando o beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no Programa do Procedimento e no Caderno de Encargos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

Anexo X.

MODELO DE SEGURO CAUÇÃO

A _____ (*companhia de seguros*), com sede em _____ (*morada*) presta a favor da _____, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com _____ (*tomador de seguro*), garantia à primeira solicitação no valor de _____, correspondente à caução de 5% do preço contratual prevista no Programa do Procedimento destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ (*adjudicatário*), com sede _____ (*morada*), assumirá no contrato que com ela a _____, vai outorgar e que tem por objeto o “Concurso Público da Empreitada de _____”, regulada nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da _____, sem que estes tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ (*adjudicatário*) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à _____ quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre estes e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

Anexo XI.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

(para os casos de critério ser o da proposta economicamente mais vantajosa)

A presente metodologia de avaliação das propostas pretende estabelecer o suporte orgânico e o enquadramento processual e metodológico com vista à análise e avaliação das propostas do “Concurso Público da Empreitada de Construção da Creche “ O Caracol””.

O júri do CONCURSO (adiante designado por júri), nomeadamente no que se refere aos estudos de apoio à decisão, pode solicitar, no âmbito das suas competências, a colaboração de consultores e outros técnicos de apoio, aos quais poderão ser solicitados trabalhos e relatórios técnicos.

Após entrega das propostas, o júri elaborará um relatório sobre o mérito das propostas, que exporá o mérito de cada PROPOSTA face ao critério de adjudicação estabelecido no Artigo 19.º, e estabelecerá fundamentadamente a classificação das propostas dos concorrentes por ordem decrescente, recomendando o concorrente ao qual deverá ser adjudicada a prestação de serviços. Este relatório fundamentará igualmente as razões que levou o júri a propor a exclusão das propostas nos termos do Artigo 16.º.

ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Será aplicada uma metodologia multicritério de apoio à decisão com o objetivo de apreciar as propostas, cujas fases serão reguladas nos pontos seguintes.

FATORES DE APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS PARA ADJUDICAÇÃO

Os fatores e subfatores elementares e respetivos coeficientes de ponderação estabelecidos no Artigo 19.º, serão tidos em conta na avaliação das propostas.

Os fatores e subfatores elementares são operacionalizados por meio de escalas de pontuação, que são obtidas por uma expressão matemática ou por um conjunto ordenado de atributos associados a um fator ou subfator elementar.

Uma escala de pontuação serve para descrever, de forma tão objetiva quanto possível, os impactos das propostas no que diz respeito ao fator ou subfator em questão. No quadro seguinte apresenta-se a escala de pontuação geral que servirá de base para cada fator ou subfator. São definidos dois atributos ou níveis de referência intrínsecos distintos, para cada fator ou subfator elementar, a saber: BOM,



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

correspondente à pontuação parcial 70 e NEUTRO, correspondente à pontuação parcial 30, operacionalizando, em termos do fator ou subfator em questão, respetivamente a ideia de uma PROPOSTA boa e de uma PROPOSTA neutra (ou seja, nem atrativa nem repulsiva).

Designação do atributo	Descrição do atributo	Pontuações Parciais
A7	Se a PROPOSTA é melhor que o atributo ou nível A6 é alocada a este atributo ou nível, que operacionaliza a ideia de uma PROPOSTA muito boa ou ideal, em termos do fator ou subfator em questão.	100
A6 BOM	Descrito em detalhe para cada fator ou subfator no ponto seguinte	70
A5	Se a PROPOSTA for considerada distinta dos atributos ou níveis A4 e A6 e entre esses atributos, é alocada a este atributo ou nível, em termos do fator ou subfator em questão.	65
A4	Descrito em detalhe para cada fator ou subfator no ponto seguinte	50
A3	Se a PROPOSTA for considerada distinta dos atributos ou níveis A2 e A4 e entre esses atributos, é alocada a este atributo ou nível, em termos do fator ou subfator em questão.	40
A2 NEUTRO	Descrito em detalhe para cada fator ou subfator no ponto seguinte	30
A1	Se a PROPOSTA for considerada pior que o atributo ou nível A2, é alocada a este atributo ou nível, que operacionaliza a ideia de PROPOSTA insuficiente ou de ausência de PROPOSTA, em termos do fator ou subfator em questão.	0

MODELO DE AVALIAÇÃO LOCAL DAS PROPOSTAS

FACTOR A

A pontuação parcial de uma PROPOSTA p, no que respeita ao fator A, é obtida através da seguinte expressão matemática:

$$Pr = 0.70 \times Pg + 0.30 \times Pu \quad \text{em que:}$$

a1) Preço Global (Pg) – 70%

$$Pi < 0.60 \times Pb$$

Excluído

$$0.60 Pb \leq Pi \leq 0.85 Pb$$

$$Pgi = \frac{(Pi - 0.60 Pb) \times 100}{Pb}$$

$$0.85 Pb \leq Pi \leq 0.95 Pb$$

$$Pgi = 7,5 \times \frac{(Pi - 0.84 Pb) \times 100}{Pb} + 17,5$$

$$0.95 Pb \leq Pi \leq Pb$$

$$Pgi = 2 \times \frac{(0.94 Pb - Pi) \times 100}{Pb} + 102$$

$$Pi > Pb$$

Excluído



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

Onde, Pgi = Pontuação do Preço Global da Proposta Concorrente (0 a 100)

Pi = Preço da Proposta Concorrente

Pb = Preço da Proposta Base

a2) Coerência dos Preços Unitários (Pu) – 30%

Avaliação comparativa e coerência dos preços unitários relativamente ao padrão definido pelos preços unitários que constituem a lista de preços de referência.

A metodologia consistirá na pontuação ponderada dos desvios individuais de cada preço unitário relativamente aos de referência, pela seguinte fórmula:

$$0 \leq D_i < 15\% \quad Pu = \sum (64823 D_i^3 - 14569 D_i^2 + 60,556 D_i + 99,917) \times P_{di}$$

$$D_i \geq 15\% \quad P_{ui} = 0$$

Onde, Pu - Pontuação relativa à coerência dos preços unitários

D_i - Valor absoluto do desvio percentual do preço unitário em análise, relativamente ao de referência.

P_{di} – Peso percentual do total do artigo em análise, fixado pelos valores de referência.

SUBFACTOR B.1

O processo de avaliação parcial para este subfator consistirá em primeiro lugar, na análise técnica dos “Cronograma de atividades e mapa de atividades” propostos pelo concorrente nos termos das alíneas e) e f) do n.º 1 do Artigo 10.º e de seguida, proceder-se-á à sua comparação com os atributos ou níveis definidos para a escala de pontuação geral definida no ponto 2 e para a escala de pontuação específica deste subfator, que se apresenta no quadro seguinte. Posteriormente afetar-se-á cada PROPOSTA a um dos atributos ou níveis da escala definidos no quadro referido e atribuir-se-á a pontuação parcial $PP_{B.1}(p)$ segundo este subfator a cada PROPOSTA p, conforme a escala de pontuação obtida.

Designação do atributo	Descrição do atributo	Pontuações Parciais
A6 BOM	<ul style="list-style-type: none">Enquadramento de acordo com o solicitado, das atividades do cronograma adotadas e as atividades acrescentadas estão de acordo com o caderno de encargos e o projeto;Consideração de todas as datas chave do cronograma, o seu prazo não é imposto e todas dependem das relações de sequencialidade com as restantes atividades do cronograma;	70



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

	<ul style="list-style-type: none"> Fundamentação das relações de sequencialidade adotadas no tipo de trabalhos a executar, na organização dos meios ou nas condicionantes externas ao cronograma; Fundamentação das estimativas de durações das atividades no número de equipas afetas e nos rendimentos das equipas apresentados, ou em alternativa em informação especializada devidamente justificada; Apresentação do mapa de atividades na sua totalidade e não contendo erros de aplicação; As estimativas dos preços das atividades estão corretas; Devida fundamentação das quantidades de trabalhos estimadas para cada atividade. 	
A4	<ul style="list-style-type: none"> Enquadramento de acordo com o solicitado, das atividades do cronograma adotadas e as atividades acrescentadas estão de acordo com o caderno de encargos e o projeto; Consideração de todas as datas chave do cronograma, mas algumas têm o seu prazo imposto e não dependem todas das relações de sequencialidade com as restantes atividades do cronograma; Fundamentação das relações de sequencialidade adotadas no tipo de trabalhos a executar, na organização dos meios ou nas condicionantes externas ao cronograma; As estimativas de durações das atividades nem sempre se fundamentam no número de equipas afetas e nos rendimentos das equipas apresentados, ou em alternativa em informação especializada devidamente justificada; Apresentação do mapa de atividades na sua totalidade e não contendo erros de aplicação; As estimativas dos preços das atividades estão corretas; As quantidades de trabalhos estimadas para cada atividade não estão todas devidamente fundamentadas. 	50
A2 NEUTRO	<ul style="list-style-type: none"> Enquadramento de acordo com o solicitado, das atividades do cronograma adotadas, mas as atividades acrescentadas não estão todas de acordo com o caderno de encargos e o projeto; Consideração de todas as datas chave do cronograma, mas algumas têm o seu prazo imposto e não dependem todas das relações de sequencialidade com as restantes atividades do cronograma; Fundamentação da grande maioria das relações de sequencialidade adotadas no tipo de trabalhos a executar, na organização dos meios ou nas condicionantes externas ao cronograma; As estimativas de durações das atividades nem sempre se fundamentam no número de equipas afetas e nos rendimentos das equipas apresentados, ou em alternativa em informação especializada devidamente justificada; O mapa de atividades contém alguns erros de aplicação ou não foi apresentado na sua totalidade; As estimativas dos preços das atividades não estão todas corretas; As quantidades de trabalhos estimadas para cada atividade não estão todas devidamente fundamentadas. 	30



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

SUBFATOR B.2

O processo de avaliação parcial para este subfator consistirá em primeiro lugar, na análise técnica dos “Planos de meios humanos, equipamento e materiais” propostos pelo concorrente nos termos das alíneas e) e f) do n.º 1 do Artigo 10.º e de seguida, proceder-se-á à sua comparação com os atributos ou níveis definidos para a escala de pontuação geral definida no ponto 2 e para a escala de pontuação específica deste subfator, que se apresenta no quadro seguinte. Posteriormente afetar-se-á cada PROPOSTA a um dos atributos ou níveis da escala definidos no quadro referido e atribuir-se-á a pontuação parcial $PP_{B.2}(p)$ segundo este subfator a cada PROPOSTA p, conforme a escala de pontuação obtida.

Designação do atributo	Descrição do atributo	Pontuações Parciais
A6 BOM	<ul style="list-style-type: none">○ Definição de todas as equipas técnicas adequadas às atividades a desenvolver, tanto do ponto de vista da mão de obra como do equipamento;○ Devida descrição da qualificação profissional da mão de obra e a natureza do equipamento;○ Meios humanos e de equipamento associados às equipas, coerentes e suficientes com as atividades a executar;○ As estimativas dos rendimentos das equipas são fundamentadas em informação histórica devidamente apresentada e analisada, sempre que aplicável;○ Utilização dos materiais coerente com os trabalhos a realizar nas atividades.	70
A4	<ul style="list-style-type: none">○ Não são definidas todas as equipas técnicas adequadas às atividades a desenvolver do ponto de vista da mão de obra e de equipamento;○ Devida descrição da qualificação profissional da mão de obra e a natureza do equipamento;○ Meios humanos e de equipamento associados às equipas, coerentes e suficientes com as atividades a executar;○ As estimativas dos rendimentos das equipas não são sempre fundamentadas em informação histórica devidamente apresentada e analisada, sempre que aplicável;○ Utilização dos materiais coerente com os trabalhos a realizar nas atividades.	50
A2 NEUTRO	<ul style="list-style-type: none">○ Não são definidas todas as equipas técnicas adequadas às atividades a desenvolver do ponto de vista da mão de obra e de equipamento;○ Não é sempre devidamente descrita a qualificação profissional da mão de obra e a natureza do equipamento;○ Os meios humanos e de equipamento associados às equipas não são sempre coerentes e suficientes com as atividades a executar;○ As estimativas dos rendimentos das equipas não são sempre fundamentadas em informação histórica devidamente apresentada e analisada, sempre que aplicável;○ Utilização dos materiais nem sempre coerente com os trabalhos a realizar nas atividades.	30



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

SUBFATOR B.3

O processo de avaliação parcial para este subfator consistirá em primeiro lugar, na análise técnica da “Análise de risco” proposta pelo concorrente nos termos das alíneas e) e f) do n.º 1 do Artigo 10.º e de seguida, proceder-se-á à sua comparação com os atributos ou níveis definidos para a escala de pontuação geral definida no ponto 2 e para a escala de pontuação específica deste subfator, que se apresenta no quadro seguinte. Posteriormente afetar-se-á cada PROPOSTA a um dos atributos ou níveis da escala definidos no quadro referido e atribuir-se-á a pontuação parcial $PP_{B.3}(p)$ segundo este subfator a cada PROPOSTA p, conforme a escala de pontuação obtida.

Designação do atributo	Descrição do atributo	Pontuações Parciais
A6 BOM	<ul style="list-style-type: none">○ Identificação correta dos principais riscos de não cumprimento do prazo global;○ Apresentação de uma análise qualitativa dos riscos;○ Apresentação de uma análise quantitativa dos riscos;○ Identificação das respostas adequadas aos riscos no sentido de mitigar o seu impacto ou probabilidade;○ Devida contemplação das respostas aos riscos no cronograma de atividades e nos planos de meios;○ Previsão dos planos de contingência adequados ao longo da obra para riscos específicos.	70
A4	<ul style="list-style-type: none">○ Identificação correta dos principais riscos de não cumprimento do prazo global;○ Apresentação de uma análise qualitativa dos riscos;○ Não é apresentada uma análise quantitativa dos riscos;○ Identificação das respostas adequadas aos riscos no sentido de mitigar o seu impacto ou probabilidade;○ Não existe uma contemplação devida das respostas aos riscos no cronograma de atividades e nos planos de meios;○ Previsão dos planos de contingência nem sempre adequados ou suficientes ao longo da obra para riscos específicos.	50
A2 NEUTRO	<ul style="list-style-type: none">○ Identificação nem sempre correta dos principais riscos de não cumprimento do prazo global;○ Apresentação de uma análise qualitativa dos riscos;○ Não é apresentada uma análise quantitativa dos riscos;○ Identificação das respostas nem sempre adequadas aos riscos no sentido de mitigar o seu impacto ou probabilidade;○ Não existe uma contemplação devida das respostas aos riscos no cronograma de atividades e nos planos de meios;○ Previsão dos planos de contingência nem sempre adequados ou suficientes ao longo da obra para riscos específicos.	30

SUBFATOR C.1

O processo de avaliação parcial para este subfator consistirá em primeiro lugar, na análise técnica dos “Desenvolvimento e organização do plano de gestão da qualidade, modelo de processos e monitorização da eficácia do SGQ a implementar em obra” propostos pelo concorrente nos termos da alínea g) do n.º 1 do Artigo 10.º e de seguida, proceder-se-á à sua comparação com os atributos ou níveis definidos para a escala de pontuação geral definida no ponto 2 e para a escala de pontuação específica deste subfator,



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

que se apresenta no quadro seguinte. Posteriormente afetar-se-á cada PROPOSTA a um dos atributos ou níveis da escala definidos no quadro referido e atribuir-se-á a pontuação parcial $PP_{C.1}(p)$ segundo este subfator a cada PROPOSTA p , conforme a escala de pontuação obtida.

Designação do atributo	Descrição do atributo	Pontuações Parciais
A6 BOM	<ul style="list-style-type: none">○ Desenvolvimento adequado do Plano de Gestão da Qualidade relativamente à descrição do modo como serão satisfeitos os requisitos aplicáveis da norma ISO 9001:2008, na obra e através da organização constituída e dos meios a mobilizar especificamente para esse efeito;○ Estabelecimento dos objetivos de modo mensurável, adequados ao âmbito das atividades a desenvolver, e com indicação clara das frequências de monitorização desses objetivos.	70
A4	<ul style="list-style-type: none">○ Desenvolvimento suficiente do Plano de Gestão da Qualidade, embora genérico na descrição do modo como serão satisfeitos os requisitos aplicáveis da norma ISO 9001:2008, na obra e através da organização constituída e dos meios a mobilizar especificamente para esse efeito;○ Estabelecimento dos objetivos de modo mensurável, adequados ao âmbito das atividades a desenvolver, e com indicação clara das frequências de monitorização desses objetivos.	50
A2 NEUTRO	<ul style="list-style-type: none">○ Desenvolvimento suficiente do Plano de Gestão da Qualidade, embora genérico na descrição do modo como serão satisfeitos os requisitos aplicáveis da norma ISO 9001:2008, na obra e através da organização constituída e dos meios a mobilizar especificamente para esse efeito;○ Parte dos objetivos não são estabelecidos de modo mensurável, ou são pouco adequados ao âmbito das atividades a desenvolver. São pontualmente indicadas as frequências de monitorização desses objetivos.	30



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

SUBFATOR C.2

O processo de avaliação parcial para este subfator consistirá em primeiro lugar, na análise técnica do “Suporte Documental de SGQ a implementar em obra” proposto pelo concorrente nos termos da alínea g) do n.º 1 do Artigo 10.º e de seguida, proceder-se-á à sua comparação com os atributos ou níveis definidos para a escala de pontuação geral definida no ponto 2 e para a escala de pontuação específica deste subfator, que se apresenta no quadro seguinte. Posteriormente afetar-se-á cada PROPOSTA a um dos atributos ou níveis da escala definidos no quadro referido e atribuir-se-á a pontuação parcial $PP_{C.2(p)}$ segundo este subfator a cada PROPOSTA p, conforme a escala de pontuação obtida.

Designação do atributo	Descrição do atributo	Pontuações Parciais
A6 BOM	<ul style="list-style-type: none">○ Adequação da estrutura da documentação PROPOSTA, para o Sistema de Gestão da Qualidade a implementar na obra relativamente ao âmbito de todas as atividades a desenvolver e da organização a estabelecer, em obra, para esse fim.○ Apresenta uma lista dos procedimentos documentados abrangente e adequada ao âmbito das atividades e trabalhos a realizar em obra.○ Apresenta uma lista de modelos de registos da qualidade abrangente face ao âmbito das atividades e trabalhos a realizar na obra posta a CONCURSO e os exemplos de modelos para registos apresentados são adequados ao fim a que se destinam.	70
A4	<ul style="list-style-type: none">○ O âmbito de todas as atividades a desenvolver e da organização a estabelecer, em obra, para esse fim, não é abrangido de modo adequado na estrutura da documentação PROPOSTA, para o Sistema de Gestão da Qualidade a implementar na obra.○ Apresenta uma lista dos procedimentos documentados abrangente e adequada ao âmbito das atividades e trabalhos a realizar em obra.○ Apresenta uma lista de modelos de registos da qualidade abrangente face ao âmbito das atividades e trabalhos a realizar na obra posta a CONCURSO e os exemplos de modelos para registos apresentados são adequados ao fim a que se destinam.	50



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

A2 NEUTRO	<ul style="list-style-type: none"> ○ O âmbito de todas as atividades a desenvolver e da organização a estabelecer, em obra, para esse fim, não é abrangido de modo adequado na estrutura da documentação PROPOSTA, para o Sistema de Gestão da Qualidade a implementar na obra. ○ Apresenta uma lista dos procedimentos documentados pouco abrangente ou pouco adequada ao âmbito das atividades e trabalhos a realizar em obra. ○ Apresenta uma lista de modelos de registos da qualidade pouco abrangente face ao âmbito das atividades e trabalhos a realizar na obra posta a CONCURSO, sendo os exemplos de modelos para registos apresentados adequados ao fim a que se destinam. 	30
----------------------	---	-----------

SUBFATOR C.3

O processo de avaliação parcial para este subfator consistirá em primeiro lugar, na análise técnica do “Controlo dos trabalhos a realizar em obra” proposto pelo concorrente nos termos da alínea g) do n.º 1 do Artigo 10.º e de seguida, proceder-se-á à sua comparação com os atributos ou níveis definidos para a escala de pontuação geral definida no ponto 2 e para a escala de pontuação específica deste subfator, que se apresenta no quadro seguinte. Posteriormente afetar-se-á cada PROPOSTA a um dos atributos ou níveis da escala definidos no quadro referido e atribuir-se-á a pontuação parcial $PP_{C.3(p)}$ segundo este subfator a cada PROPOSTA p, conforme a escala de pontuação obtida.

Designação do atributo	Descrição do atributo	Pontuações Parciais
A6 BOM	<ul style="list-style-type: none"> ○ Apresentação de uma lista que abrange os principais trabalhos a realizar na obra posta a CONCURSO. O exemplo de Plano de Inspeção ou Monitorização aplicável a uma atividade contempla todos os aspectos relevantes para a sua implementação prática em obra e os critérios de aceitação a adotar. ○ Apresentação de uma lista com as atividades a subcontratar. O procedimento relativo ao controlo das atividades subcontratadas descreve o modo como são controladas, nos aspetos relevantes para a qualidade, os diversos tipos de atividades subcontratadas, previstas para a obra posta em CONCURSO. 	70



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

A4	<ul style="list-style-type: none"> ○ Apresentação de uma lista que abrange os principais trabalhos a realizar na obra posta a CONCURSO. O exemplo de Plano de Inspeção ou Monitorização aplicável a uma atividade contempla todos os aspetos relevantes para a sua implementação prática em obra e os critérios de aceitação a adotar. ○ Apresentação de uma lista com as atividades a subcontratar. Não é apresentado o procedimento relativo ao controlo das atividades subcontratadas. 	50
A2 NEUTRO	<ul style="list-style-type: none"> ○ Apresentação de uma lista que não é específica para a obra posta a CONCURSO ou não refere alguns dos principais trabalhos a realizar na obra posta a CONCURSO. O exemplo de Plano de Inspeção ou Monitorização aplicável a uma atividade não contempla alguns aspetos relevantes para a sua implementação prática em obra ou os critérios de aceitação a adotar. ○ Apresentação de uma lista com as atividades a subcontratar. Não é apresentado o procedimento relativo ao controlo das atividades subcontratadas. 	30

SUBFATOR C.4

O processo de avaliação parcial para este subfator consistirá em primeiro lugar, na análise técnica dos “Recursos humanos afetos à implementação do SGQ” propostos pelo concorrente nos termos da alínea g) do n.º 1 do Artigo 10.º e de seguida, proceder-se-á à sua comparação com os atributos ou níveis definidos para a escala de pontuação geral definida no ponto 2 e para a escala de pontuação específica deste subfator, que se apresenta no quadro seguinte. Posteriormente afetar-se-á cada PROPOSTA a um dos atributos ou níveis da escala definidos no quadro referido e atribuir-se-á a pontuação parcial $PP_{C.4(p)}$ segundo este subfator a cada PROPOSTA p, conforme a escala de pontuação obtida.

Designação do atributo	Descrição do atributo	Pontuações Parciais
A6 BOM	<ul style="list-style-type: none"> ○ Integração adequada no Organograma da Empreitada dos recursos com funções específicas relacionadas com o SGQ a afetar à obra; ○ Identificação de forma clara dos recursos e das funções específicas relacionadas com o SGQ a afetar à obra; ○ Afetação à obra do responsável pelo SGQ de 100%. 	70
A4	<ul style="list-style-type: none"> ○ Integração adequada no Organograma da Empreitada dos recursos com funções específicas relacionadas com o SGQ a afetar à obra; 	50



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

	<ul style="list-style-type: none">○ Identificação de forma muito genérica dos recursos ou das funções específicas relacionadas com o SGQ a afetar à obra;○ Afetação à obra do responsável pelo SGQ de 100%.	
A2 NEUTRO	<ul style="list-style-type: none">○ Integração no Organograma da Empreitada realizada de forma genérica;○ Identificação de forma muito genérica dos recursos ou das funções específicas relacionadas com o SGQ a afetar à obra;○ Afetação à obra do responsável pelo SGQ de 50%.	30

MODELO DE AVALIAÇÃO GLOBAL E ORDENAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS

Tendo em conta os respetivos coeficientes de ponderação, definidos no Artigo 19.º, a aplicação de um modelo aditivo simples de agregação das pontuações parciais das propostas segundo os diversos fatores e subfatores elementares, resultará na determinação da pontuação global $PG(p)$ de cada PROPOSTA p através da seguinte fórmula:

$$PG(p) = \sum_{i=A}^{C.4} k_i \cdot PP_i(p)$$

em que:

3.2 $PP_i(p)$ - pontuação parcial que expressa numericamente a pontuação da PROPOSTA p em termos do fator ou subfator elementar i ($i = A, B.1, B.2, B.3, C.1, C.2, C.3$ e $C.4$), conforme escalas de pontuação nos números anteriores;

3.3 k_i - coeficiente de ponderação do factor ou subfator elementar i ($i = A, B.1, B.2, B.3, C.1, C.2, C.3$ e $C.4$) definido no Artigo 19.º, com $\sum_{i=A}^{C.4} k_i = 1$ e $0 < k_i < 1$.

São também definidos os perfis de referência TUDO NEUTRO (ou com pontuação 30 em todos os fatores e subfatores) e TUDO BOM (ou com pontuação 70), no conjunto de todos os fatores e subfatores (tendo por base nos atributos ou níveis de referência intrínsecos, definidos no número 2), dos quais resultam as seguintes categorias substantivas de pontuação intrínseca global:

1. **Proposta muito positiva** – se for melhor ou indiferente ao perfil TUDO BOM;
2. **Proposta positiva** – se for melhor ou indiferente ao perfil TUDO NEUTRO, mas pior que o perfil TUDO BOM;
3. **Proposta negativa** – se for pior que o perfil TUDO NEUTRO.

A afetação a uma das categorias substantivas de pontuação intrínseca global, para além da ordenação das propostas em termos de pontuação global, resultará da confrontação da pontuação global $PG(p)$ de cada PROPOSTA p com as pontuações globais 0 (zero) e 100 (cem), respetivamente, dos perfis de referência TUDO NEUTRO e TUDO BOM acima definidos.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA

Anexo XII.

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE DIREÇÃO TÉCNICA DA OBRA

..... (nome, número de membro efetivo da ordem ou associação profissional e morada), declara, sob compromisso de honra, que possui qualificação profissional mínima exigida pela Portaria n.º 1379/2009 de 30 de outubro (engenheiro/engenheiro técnico com um mínimo de cinco anos de experiência), para o desempenho da direção técnica da obra: **“CONCURSO PÚBLICO DA EMPREITADA DE _____**, e que assume a responsabilidade pela direção técnica da obra, comprometendo-se a acompanhar assiduamente os trabalhos e estar presente no local da obra sempre que para tal seja convocado, não podendo invocar outras ocupações ou dificuldade de deslocação.